

do modelo de gestão da Administração. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, sendo que esta possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas operações. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- **Risco de mercado:** Risco de crédito; Risco de liquidez; e Concentração de fornecedores. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia não considera ter risco de mercado, que é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - não afetem os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, pois a Companhia não possui transações em moeda estrangeira, não possui empréstimos significativos e suas aplicações financeiras estão atreladas à exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital, e Risco de mercado - Está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos e serviços vendidos podem sofrer alterações. Para minimizar os riscos, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço no mercado. **Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras com um cliente ou com um contraparte em um instrumento financeiro falte em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. **Catão e equivalente de caixa** - Os riscos de crédito de caixa e equivalentes de caixa decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia. Regularmente a Administração executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento por meio de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outras. Equivalentes de caixa são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e liquidez. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base no rating de crédito externo das contrapartes. **Risco de liquidez** - Riscos de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais de estresse, sem causar perdas inaceitáveis, ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A gestão de fluxo de caixa da Companhia é acompanhada diariamente e tem um planejamento rigoroso mensal e anual. A Companhia executa uma gestão financeira bem conservadora na consideração de risco de liquidez, não assume dívidas para obter crédito, e os investimentos são realizados com capital próprio e proveniente da geração

de caixa da própria operação mercantil. Também, estrategicamente, mantém-se uma reserva financeira com o objetivo de dar segurança aos negócios e a nossos fornecedores e credores. **Exposição ao risco de liquidez** - A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	2022		2021	
	Valor Fatores de Caixa	Até 6-12 meses	Superior a 1 ano	
Passivos				
Fornecedores	3.544	3.544	3.544	-
Dúvidas contas a pagar	612	612	612	-
Passivos de Arrendamento (b)	382.102	1.455.067	44.122	44.122
Total	386.258	1.459.223	48.278	44.122

(b) O fluxo de caixa contábil reflete os valores de contratos de arrendamento com prazo médio de 30 anos. **Risco de preço de ativos biológicos** - A Companhia possui em 31 de dezembro de 2022 R\$ 79.826 em 31 de dezembro de 2021 em ativos biológicos, os quais foram avaliados pelos seus valores justos, sendo a variação entre o valor contratado e o valor justo registrada nas demonstrações financeiras. **Análise de sensibilidade - Ativos biológicos** - O quadro a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos cenários apresentados. Para o cenário provável foram utilizados os valores contábeis, para os demais cenários foram considerados os impactos no resultado decorrentes das variações dos preços de mercado apurados após a substituição das taxas de mercado utilizadas para apuração do valor justo registrado contabilmente por taxas estressadas de acordo com os cenários apresentados. Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacamos a a variação no preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa. O preço médio em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 75.000/m³, considerado pelo conjunto. Aumentos no preço acarretam aumento no valor justo das florestas. A cada 5% de variação no preço, o impacto sobre o valor justo das florestas seria da ordem de R\$ 6.709. Em relação à taxa de desconto, foi utilizada 7,90% a.a. em 31 de dezembro de 2022. Aumentos na taxa acarretam em queda no valor justo da floresta. Cada 5% a.a. de variação na taxa afetam o valor justo em cerca de R\$ 491 mil. De acordo com a hierarquia da CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

	2022		2021	
	Preço de Mercado	Até 6-12 meses	Superior a 1 ano	
Ativos Biológicos				
Preço de Mercado	110.974	111%	111,5%	1.55%
	110.974	110%	110,5%	(5,50%)
	110.974	110%	110,5%	(5,50%)

Ativos Biológicos

	2022		2021	
	Taxa de Desconto	Até 6-12 meses	Superior a 1 ano	
Ativos Biológicos	110.974	111%	110,5%	1.55%
	110.974	112%	118%	110%

Derivativos - A Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos em 2022 e 2021.

Luís Antonio Künzel - Presidente
 João Batista Cardoso Neves - Diretor Financeiro
 Angela Maria Meneses de Resende Oliveira
 Contador - CRC MG 062298/O-4

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
 Aos Acionistas e Diretores da LD Florestal S.A.
 Indianapolis - Minas Gerais

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da LD Florestal S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LD Florestal S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores independentes das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Transações com partes relacionadas** - Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da Companhia é realizada com parte relacionada, conforme descrito nas notas explicativas e's 1 e 14 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está reservada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, se factível, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, apresenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a declarar a esse respeito. **Responsabilidades da administração pela demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável

pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falosa intencional. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos dar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossos conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito de outros aspectos, das áreas de auditoria e de distorções significativas de natureza operacional, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. **KPMG Auditores Independentes Ltda.** - CRC MG-000266-F-9 - Fábio Roberto Elias Tymbaribá - Contador CRC 1927485/0-2 - Uberlândia, 31 de março de 2023.

Documento assinado e certificado digitalmente
 Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
 A autenticidade pode ser verificada no ICP Brasil.

A assinatura digital foi assinada e certificada digitalmente em 20/04/2023.

FAÇA SUAS PUBLICAÇÕES LEGAIS NO JORNAL DE MAIOR CIRCULAÇÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO. É ALTO PARAÍBA, COM SEGUANÇA GARANTIDA. 34 324145 gazeta@gazetadotriangulo.com.br